dandelon.com
© 2008 AGI-Information Management Consultants
May be used for personal purporses only or by
libraries associated to dandelon.com network.

Margarida Garcez Ventura

IGREJA E PODER NO SÉCULO XV
Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas
(1383-1450)

Edições *Colibri*

ÍNDICE

PREFÁCIO
Joaquim Veríssimo Serrão 13

PREFÁCIO
Humberto Baquero Moreno 17

INTRODUÇÃO 19

SIGLAS 25

1ª PARTE

A QUESTÃO DAS LIBERDADES ECLESIÁSTICAS

CAPÍTULO I

OS PARÂMETROS DE DEFINIÇÃO DAS LIBERDADES ECLESIÁSTICAS

1. **Diversidade de critérios de definição das liberdades eclesiásticas** 29
2. **As liberdades eclesiásticas formuladas pelos clérigos** 32
3. **As liberdades eclesiásticas formuladas pelo poder real** 38
   3.1. O primeiro vector de compreensão: missão dos "oradores" e reforma da Igreja 39
   3.2. Algumas propostas de reforma exteriores ao poder real 44
   3.3. "Ecclesia primitiva" e "vida apostólica" 49
   3.4. As propostas dos príncipes de Avis para a reforma da Igreja 51
4. **O segundo vector de compreensão: o ofício de rei** 75
   4.1. Origem e finalidade do poder régio 75
   4.2. O ofício de rei em Portugal 76
5. **Factores de reforço da autoridade régia** 88

CAPÍTULO II

AS "CHAVES DE DEUS E DA IGREJA" NAS MÃOS DO REI

1. **A génese do Estado moderno** 94
2. **Duas fases no reinado de D. João I** 95
3. **Quem já governava sobe ao trono** 100
4. **O conselheiro de D. Duarte assume a regência** 103

2ª PARTE

AS LIBERDADES E A JURISDIÇÃO ECLESIÁSTICAS NO QUOTIDIANO DO PODER RÉGIO

REFLEXÕES PRÉVIAS 111

CAPÍTULO I

JURISDIÇÃO SOBRE TODO O REINO E SOBRE TODOS OS BENS TEMPORAIS

1. A QUESTÃO DOS BENS DE RAIZ NA POSSE DO CLERO 115
   1. **Problemática geral** 115
   2. **O direito constituído: leis e concordatas** 117
   3. **O direito aplicado: a infracção punida** 123
   4. **A dispensa régia** 133
   5. **Especificidade dos bens de raiz nos reguengos** 142
      5.1. Impugnações 146
      5.2. Dispensas régias 149
      5.3. Restituições 151
      5.4. Doações 156
   6. **Bens de doação régia** 157
      6.1. Doações de bens de raiz 158
      6.2. Doações de dinheiro 163
      6.2. a. Doações a mosteiros 164
      6.2. b. Doações pessoais 167
      6.3. Quitação de foros 167
      6.4. Doações de géneros 168
   7. **Bens afectos a capelas, óbitos e aniversários** 169
      7.1. Alguma casuística 171

2. IGREJAS E MOSTEIROS DO PADROADO RÉGIO 177
   1. **Pontos prévios** 177
   2. **Autoridade episcopal e padroado** 178
   3. **O rei como árbitro dos direitos de padroado** 181
   4. **O rei como padroeiro** 183
      4.1. Afirmação dos seus direitos 183
      4.2. O rei como protector dos interesses das suas igrejas e mosteiros 186
      4.3. Direitos inerentes ao padroado 187
   5. **Direito de aposentadoria** 204
      5.1. Delimitação do tema 204
      5.2. Aposentadoria do rei; aposentadoria dos fidalgos 207
      5.3. O poder régio na restrição do direito de aposentadoria 208
      5.4. Queixas dos povos contra a aposentadoria exigida por clérigos 216

3. COUTOS ECLESIÁSTICOS 219
1. **Um tema em debate** 219
2. **A legislação geral** 222
3. **Conteúdo da jurisdição eclesiástica sobre os coutos** 223
4. **Especificidade dos coutos situados em terras reguengas** 227
5. **Relações de poder** 227
5.1. Relações de poder: com os oficiais régios 229
5.2. Relações de poder: com os fidalgos 231
5.3. Relações de poder: com os concelhos 233
6. **Um tema em aberto** 239

4. BENEFÍCIOS E BENS ECLESIÁTICOS VAGOS 241
1. **Benefícios vagos e autoridade régia** 241
2. **Leigos na posse de benefícios eclesiásticos** 242
3. **Homens do rei em benefícios eclesiásticos** 243
4. **O rei como castigador dos fidalgos usurpadores** 246
5. **Utilização justificada de benefícios vagos** 252
6. **Benefícios sem provisão apostólica** 252

5. O DIREITO DE ASILO 255
1. **Formulação geral do direito de asilo** 255
2. **Definição de local sagrado** 256
3. **Pessoas abrangidas** 257
4. **A listagem dos *casus excepti*** 258
5. **Alguma casuística** 264
5.1. Casos em que as justiças seculares podiam retirar o fugitivo do local de asilo 265
5.2. Casos sujeitos a colaboração entre as justiças seculares e a autoridade eclesiástica do local de asilo 267
5.3. Casos em que as justiças seculares intervêm violando o direito de asilo 272
5.4. Casos em que o direito de asilo é respeitado 275
5.5. Crimes desconhecidos 276
6. **À maneira de conclusão** 277

6. IMPOSTOS 279
1. **Impostos: problemática geral** 279
2. **Questões prévias** 280
2.1 O estatuto de vizinhança 280
2.2. A situação de "servidor" do clero 284
3. **Sisas, portagens e dízimas** 287
4. **Fintas, talhas e peitas. Obras públicas e de defesa** 292
4.1. Serviço activo na defesa 297

5. Pedidos e outorga de dízimas eclesiásticas 299
5.1. Finalidade e contribuintes 299
5.2. Oposição da clerezia 300
5.3. Dízimas eclesiásticas e intervenções régias 302
5.4. Cobrança de pedidos e de dízimas 305
5.5. Alguns privilegiados 308
6. Breve nota para um balanço 309

7. TESTAMENTOS E RESÍDUOS 311
1. "Coisas pias" e "feitos eclesiásticos" 311
2. Testamentos e resíduos 312
2.1. "Cair em resíduo" 314
3. Oficiais de justiça encarregues dos resíduos 317
4. Aplicação dos resíduos 322
4.1. Alguma casuística da aplicação dos resíduos 325
5. Clérigos abintestados 328

8. CAPELAS 331
1. A polémica 331
2. Princípios fundamentais da intervenção régia 334
2.1. A vontade do fundador: os actos de culto 335
2.2. A vontade do fundador: sucessão dentro da linhagem 336
2.3. A extinção da linhagem do fundador 337
2.4. A administração leiga 339
2.5. Limite para os rendimentos das capelas 341
3. Regime de bens 341
3.1. Licença régia 341
3.2. Situação de bens em terras reguengas 342
3.3. Bens confiscados a traidores 342
4. Presença dos juizes e oficiais régios. Alguma jurisdição partilhada 343
5. Organização dos processos 346
5.1. Detecção de irregularidades 346
5.2. Inquérito e julgamento 345
5.3. Beneficiários 345
6. Bens vagos e "bens profanos" 346
7. A execução de um direito régio 351

9. HOSPITAIS E ALBERGARIAS 353
1. Hospitais e albergarias: sua função 353
2. Motivo das queixas do clero 357
2.1. Ambiguidade da instituição 357
2.2. Irredutibilidade do direito canónico:
alheamento da componente económica 360

3. **Administração da provedoria de hospitais e albergarias** ... 362
4. **Motivos de intervenção régia** ... 362
5. **Apoio régio à autonomia administrativa de hospitais e albergarias** ... 365
6. **Rei e concelhos nas administrações de hospitais e albergarias** ... 366
7. **Oficiais envolvidos** ... 368
8. **Os administradores nomeados** ... 369
9. **Intervenções régias na administração de hospitais e albergarias: dever de ofício** ... 369
10. **Algumas considerações sobre os bens de hospitais e albergarias** ... 370
11. **Aposentadoria em hospitais e albergarias** ... 372

10. PEDIDO DE ESMOLAS ... 375
1. **Contestação e justificação da intervenção régia** ... 375
2. **Algumas considerações sobre as esmolas** ... 377
3. **Legalidades** ... 381
3.1. As cartas de licença ... 382
4. **Um tema abrangente** ... 386

CAPÍTULO II

JURISDIÇÃO SOBRE TODOS OS SÚBDITOS

1. **Definição do status clerical por oposição ao laical** ... 387
1.1. Prova do status clerical: hábito e tonsura ... 389
1.2. Prova do status clerical: letras apostólicas ... 391
2. **Clérigos de ordens menores; clérigos de ordens sacras e beneficiados** ... 392
2.1. Uma multidão de minoritas ... 393
2.2. Beneficiados sem ordens ... 394
2.3. Tratamento jurídico dos clérigos de ordens menores e beneficiados ... 395
3. **Clérigos e leigos envolvidos entre si em procesos** ... 398
4. **Situações especiais com jurisdições específicas** ... 399
4.1. Clérigos sob jurisdição régia ... 400
4.2. Leigos sob jurisdição eclesiástica ... 401
5. **Clérigos submetidos à lei geral do reino** ... 416

CAPÍTULO III

ASSUNTOS AFECTOS À LEI GERAL DO REINO

1. **Arrendamentos por ouro ou prata** ... 421
1. Rei, política e moeda ... 421
2. Breve inventário da equivalência entre moeda antiga e moeda corrente ... 426

3. Ouro ou prata e moeda estrangeira como modos de pagamento 432
4. A casuística dos emprazamentos 433
4.1. Pagamentos legais 435
4.2. Pagamentos condicionais 442
4.3. Formas de pagamento expressamente contra as ordenações 444
4.4. Equivalências da moeda ao arbítrio dos cabidos 446
4.5. Pagamento de prazos novos como se fossem prazos antigos 448
4.6. Pagamentos expressamente por ouro ou prata 449
4.7. Pagamento das penas 449
5. Excepções e privilégios 450
2. Proibição de andar em besta muar e sela e freio 455
1. Legislação e reclamações 455
2. Algumas cartas de licença 459
3. Proibição do uso de armas 463
1. A lei geral contestada 463
2. Excepções e cartas de armas 464
2.1. Cartas de armas concedidas à clerezia 467

CAPÍTULO IV

ASSUNTOS EM QUE O REI INTERVÉM EM CONSEQUÊNCIA DO SEU OFÍCIO

1. Judeus na corte e no reino 471
1. Problemática geral dos judeus em reinos cristãos 471
2. A regra do apartamento 476
2.1. Morada 476
2.2. As excepções 480
2.3. Apartamento noutras formas de convívio 481
2.4. A obrigatoriedade do uso do sinal 483
3. A regra da proibição de autoridade sobre cristãos 485
4. Médicos judeus 487
5. Dispensa de certas proibições 489
2. Excomunhões e interditos 491
1. O núcleo do problema 491
2. Cooperação entre as duas justiças: o rei como braço da Santa Igreja 494
3. Queixas da clerezia. Respostas e leis régias 496
4. Motivos de excomunhão: as razões da clerezia 499
5. A operacionalidade das razões eclesiásticas 503
5.1. Motivos de excomunhão: execução das ordens 503
5.2. Motivos de excomunhão: ocupação de propriedades eclesiásticas 506
5.3. Motivos de excomunhão: dano ou furto de bens eclesiásticos 509
5.4. Motivos de excomunhão: dívidas ou pagamentos sonegados 513
5.5 Outros motivos de excomunhão 519
6. Uma proposta de conclusão 519

3. Clérigos concubinários ... 521
1. Castigo de clérigos concubinários: o rei intervirá como braço secular ... 521
2. Castigo de clérigos concubinários: algumas propostas eclesiásticas ... 523
3. A execução das leis régias que a clerezia solicitara ... 526
3.1. Os agravos do clero ... 527
3.2. A actuação das justiças como braço secular sobre clérigos e frades ... 530
3.3. A actuação das justiças sobre as mulheres: castigos e perdões ... 531
4. As excepções definidas e consentidas ou asseguradas. As cartas de licença ... 535
5. Barregãs de clérigos e bens desses clérigos ... 538
4. O beneplácito régio ... 541
1. Questões prévias ... 541
2. Conteúdo e função do beneplácito régio ... 542
3. Beneplácito para decisões eclesiásticas internas ... 546
4. As cartas de publicação que nos faltam ... 547
5. Tabeliães e notários apostólicos ... 551
1. Só e sempre tabeliães régios ... 551
2. O tabelião enquanto presença do poder régio ... 553
3. Estatuto laical dos tabeliães ... 555
4. Os tabeliães como guardiães da lei ... 556
6. O braço secular ... 559
1. O apelo ao braço secular: fundamento e ambiguidade ... 559
2. O conceito no seu contexto ... 562
3. A actuação das justiças régias como braço secular ... 564
3.1. Apoio a questões de disciplina interna da Igreja ... 565
3.2. Apoio a medidas a favor da fé ... 567
3.3. Querelas entre Ordens e bispos ... 568
3.4. Defesa dos bens da Igreja ... 568

PARA UMA CONCLUSÃO ... 571

FONTES E BIBLIOGRAFIA ... 573
1. Fontes manuscritas ... 573
2. Fontes impressas ... 575
2.1. Fontes impressas documentais ... 575
2.2. Fontes impressas narrativas ... 577
1. Estudos ... 578
2. Obras de consulta ... 591
2.1. Guias bibliográficos e arquivísticos ... 591
2.2. Dicionários e enciclopédias ... 592
2.3. Paleografia e cronologia ... 593